

Tendências Recentes da Consolidação Bancária no Mundo e no Brasil

Luiz Fernando de Paula* e Maria Beatriz L. Marques**

Resumo: Este artigo avalia em que medida o setor bancário brasileiro está seguindo as tendências internacionais de consolidação bancária, assim como as especificidades deste processo no Brasil.

Abstract: This paper aims to evaluate in which way the Brazilian banking sector is following the international trends related to banking consolidation, as well as the particularities of this process in Brazil.

1. Introdução

A consolidação bancária - entendida como o processo resultante de uma fusão ou uma aquisição, seja dentro de um setor da indústria financeira ou entre setores, que em geral reduz o número de instituições e aumenta o tamanho destas, assim com o grau de concentração de mercado – é um fenômeno que vem ocorrendo em vários países do mundo. A maior evidência empírica deste processo é o acentuado crescimento das fusões e aquisições financeiras nos anos 1990 nos países desenvolvidos e em alguns países emergentes, em termos de número, tamanho e valor de negócios¹. A desregulamentação dos serviços financeiros a nível nacional; a maior abertura do setor bancário à competição internacional; os desenvolvimentos tecnológicos em telecomunicações e informática, com impacto sobre o processamento das informações e sobre os canais alternativos de entrega de serviços (ATMs, internet, banco eletrônico, etc.); e, por último, as mudanças na estratégia gerencial das instituições financeiras; todos estes fatores juntos têm empurrado as instituições financeiras para um acelerado processo de consolidação

No Brasil, este processo vem ocorrendo com intensidade, sobretudo a partir de 1995, em função da estabilização de preços, da recente entrada de bancos estrangeiros no país, da privatização de bancos estaduais e da adesão aos Acordos da Basiléia, entre outros motivos. Este movimento deve também ser entendido no contexto do processo de reestruturação bancária a nível mundial, que tem levado à expansão internacional de alguns conglomerados financeiros.

Este artigo objetiva analisar as *causas* e *conseqüências* da consolidação bancária no Brasil, procurando avaliar as especificidades do processo de consolidação bancária no país à luz da experiência internacional. Em particular, mostrar-se-á que ainda que o Brasil venha seguindo,

* Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE/UERJ) e pesquisador do CNPq. O apoio do PRONEX/CNPq/FAPERJ é reconhecido. E-mail: lfpaula@alternex.com.br

** Mestre em Economia pela UFF.

¹ Segundo o relatório do Group of Ten (2001), que inclui a análise e dados da consolidação bancária em 13 países – G10 mais Espanha e Austrália –, nos anos 1990 foram registrados mais de 7.300 operações de F&As entre instituições financeiras, totalizando um valor ao redor de USD 1,6 trilhões. Este rápido crescimento do total de transações de F&As – que se acelerou nos últimos três anos da década - foi acompanhado de um aumento no tamanho estimado da transação média em termos de ativo (Group of Ten, 2001, p. 33-4).

em algum grau, as tendências da consolidação bancária a nível mundial e nos países emergentes, há especificidades importantes nesse processo, como atesta a vigorosa reação dos grandes bancos privados nacionais à penetração dos bancos estrangeiros.

O artigo está dividido em cinco seções, além desta introdução. Na seção 2 analisa-se algumas motivações e padrões da consolidação bancária recente, enquanto a seção 3 efetua um breve panorama da consolidação bancária no mundo. A seção 4, por sua vez, examina as “forças da mudança” da consolidação bancária no Brasil, enquanto que os impactos deste processo são avaliados na seção 5. A seção 6 avalia algumas especificidades do caso brasileiro, à guisa de conclusão.

2. Motivos e padrões de consolidação bancária

2.1. Motivações microeconômicas²

Fusões e aquisições (F&As) são métodos de consolidação onde uma mudança no controle ocorre através da transferência de dono, ou seja, transferência de controle corporativo. Como observado por IMF (2000, p. 142), a consolidação bancária aumenta o tamanho médio das instituições financeiras e permite, em tese, que elas explorem economias de escala, de escopo, e as chamadas economias de rendas. Neste contexto, algumas questões se colocam: o tamanho importa para um banco? Qual a *rationale* da onda de F&As bancárias?

Santomero e Eckles (2000) e Group of Ten (2001), entre outros trabalhos, discutem as questões acima. O alegado benefício das economias de escala e escopo está relacionado ao possível aumento na *eficiência de custo*. A idéia básica é que a emergência de grandes firmas financeiras permite que os custos sejam diminuídos, *se* economias de escala ou de escopo são relevantes e *se* o âmbito da expansão está dentro do espectro aonde eles possam ser alcançados.

Economias de escala existem quando o custo médio é decrescente em escala em uma relevante extensão quando o produto está expandindo, tornando as instituições maiores mais eficientes. Algumas linhas de negócios beneficiam-se da escala enquanto que outras não. Exemplos de ganhos potenciais de escala na atividade bancária incluem rede física de distribuição de agências, infra-estrutura de software e sistemas de distribuição eletrônica. A literatura referente a economias de escala é inconclusiva a respeito dos custos e benefícios de ser grande, uma vez que os resultados dependem do período analisado e/ou do tamanho médio da

² Esta seção está baseada em Paula (2002b).

instituição financeira³. Entretanto, muitos dos estudos usam dados sobre instituições financeiras dos anos 1980. É possível que o progresso tecnológico recente – devido ao uso da internet, centrais de telefone, inovações na tecnologia de pagamento, etc. - podem ter aumentado as economias de escala na produção de serviços bancários, criando oportunidades para aprimorar a eficiência de escala em custos através da consolidação, mesmo em instituições maiores.

Economias de escopo existem quando o custo médio cai devido ao fato de que mais produtos são produzidos conjuntamente ao invés de separadamente, isto é ocorrem quando as despesas podem ser diminuídas se a firma oferece vários produtos a um custo mais baixo do que no caso de empresas que, competindo separadamente, coloquem à disposição o mesmo conjunto de produtos. Portanto, existem benefícios competitivos a serem obtidos pela venda de um mais amplo conjunto de produtos. A maioria dos estudos empíricos têm falhado em achar economias de escopo na indústria bancária, de seguro e de títulos, com pouca evidência de economias significativas de escopo dentro destas indústrias.

Santomero e Eckles (2000) ressaltam que o ganho real da distribuição multiproduto pode não ser na produção de eficiências de custo mas no serviço ao cliente, no que eles denominam economia de consumo ou de rendas. Esta deriva do potencial de vendas cruzadas de uma firma financeira que produz diferentes produtos e serviços (produtos bancários, seguro e gerenciamento de fundos). O resultado será um rendimento maior e um melhor retorno por segmento de cliente, se os consumidores dos serviços financeiros acharem mais vantajoso comprar diferentes produtos de um mesmo provedor. Assim, os bancos podem aumentar seus lucros sem qualquer aprimoramento em sua eficiência operacional.

Se não existe evidências conclusivas de que as F&As permitem aos bancos obterem benefícios significativos de economias de escala ou escopo, qual seria a racionalidade das F&As bancárias? Dymski (1999) sustenta que a recente onda de F&As, ocorrida nos países da OCDE, foi motivada pelo desejo dos bancos de aumentar seu “poder de monopólio” e, dessa forma, o *mark up* sobre a taxa de juros básica da economia, fixada pelo Banco Central. De acordo com Dymski (1999, p. 65), “fusões podem ser desejáveis para os bancos se elas podem aumentar a capacidade do banco comprador de incrementar seus lucros, independente dos efeitos que eles possam eventualmente ter sobre a eficiência operacional”. Se for aceito que existe algum suporte

³ O relatório do European Central Bank (2000) destaca que na indústria financeira existem mais altas expectativas de economias de escala do que as encontradas em vários estudos acadêmicos. Esta discrepância entre a literatura econômica e a indústria financeira pode ser o resultado da “dificuldade de encontrar estimativas confiáveis de economias de escala, particularmente no modo de olhar para frente (*forward-looking*) para prever as causas para a atual reestruturação desta indústria” (p.22).

para a hipótese que relaciona poder de mercado e lucros no mercado bancário, este resultado pode sugerir que bancos podem usar F&As como uma forma de obter poder de mercado, de modo a acentuar sua habilidade de gerar lucros líquidos.

2.2. Padrões de consolidação bancária

De forma geral, F&As podem ser divididas em quatro tipos, tal como descrito abaixo: F&As bancárias domésticas; F&As bancárias internacionais; conglomerações domésticas; e conglomerações internacionais (European Central Bank, 2000, p.10-16).

F&As bancárias domésticas – são operações entre instituições bancárias localizadas num mesmo país e que tem como motivação principal a busca por economias de escala quando realizadas por instituições de médio e pequeno porte. Quando ocorre, porém, entre instituições maiores, refletem, além da busca por economias de escala eventuais, a necessidade de torna-se grande para um reposicionamento no mercado, isto é, aumento do poder de mercado.

F&As bancárias internacionais - são operações entre instituições bancárias, porém entre instituições de países diferentes. Existe a mesma motivação de ser grande o suficiente, mas agora em nível regional ou mundial. Além dela, pode haver a estratégia de poder servir clientes no exterior ou da diversificação e busca de novos mercados lucrativos.

Conglomerações financeiras domésticas - são operações que geram conglomerados financeiros abrangendo diferentes setores da indústria financeira e são realizadas por instituições bancárias e não bancárias de um mesmo país. A principal motivação é a busca por economias de escopo e, com isso, diversificação de risco e rendimento.

Conglomerações financeiras internacionais – são operações como as conglomerações financeiras domésticas só que realizada por instituições de países diferentes. As motivações são as mesmas as da conglomeração doméstica.

Uma outra taxonomia utilizada para a consolidação bancária, sugerida Hawkins e Mihaljek (2001, p.17-22), é a de *identificação do padrão e da causa da consolidação*, que pode ser colocado em três grupos: consolidação dirigida pelo mercado, consolidação como resposta a estruturas bancárias ineficientes ou frágeis e consolidação dirigida pelo governo.

Consolidação dirigida pelo mercado – trata-se das consolidações que ocorreram após a desregulamentação dos mercados domésticos, abertura a competição externa e avanços tecnológicos como resposta a maior competitividade e as menores margens líquidas de lucro que

surgiram devido a esta maior competitividade. Neste tipo de consolidação, o setor bancário responde as pressões competitivas buscando uma diminuição nos custos operacionais, obtendo ganhos de escala e de rendas, e diversificando as atividades e os riscos, obtendo ganhos de escopo. Na grande maioria dos casos este tipo de consolidação ocorre em países de economias maduras.

Consolidação como resposta a estruturas bancárias ineficientes ou frágeis – este tipo de consolidação é uma especificidade da América Latina. Apesar da existência de bastante variadas experiências de consolidação, sendo elas ou não dirigidas pelo governo, a maioria das que aconteceram nesta região são uma resposta a uma relativa ineficiência do setor e/ou a existência de estruturas bancárias frágeis decorrentes de crises bancárias resultantes do impacto do efeito Tequila sobre o sistema financeiro doméstico em 1995. As ineficiências apontadas são resultado da baixa competitividade destes mercados e do relativo atraso com relação às tecnologias, tanto de produtos quanto de comunicação.

Consolidação dirigida pelo governo – aconteceu, na maioria dos casos, na Ásia. Trata-se da intervenção direta das autoridades para promover a consolidação através de incentivos em maior e menor grau para o setor para o favorecimento de F&As e da criação de facilidades para entrada de bancos estrangeiros. Esta consolidação foi motivada, em alguns países asiáticos, principalmente, pela necessidade de fortalecimento do setor, da adequação de capital dos bancos e para promover a viabilidade financeira de bancos menores, muitos deles familiares, afetados pela crise de 1997-98. No caso de países em transição do Leste Europeu a consolidação foi motivada pela privatização de bancos estatais.

De acordo com Hawkins e Mihaljek (2001, p.17), a consolidação dirigida pelo mercado é um fenômeno relativamente novo em economias emergentes e tem sido observada recentemente na Europa Central. Isto é, este tipo de consolidação foi, na grande maioria, observada nos mercados maduros. Em países emergentes, a maioria das F&As do sistema financeiros foram resultado de esforços do governo para a redução das ineficiências do setor, ou de intervenções após as crises bancárias. Com o aumento da competição causada pela desregulamentação, privatização e entrada de bancos estrangeiros, a consolidação se torna, cada vez mais, dirigida pelo mercado.

3. Breve panorama da consolidação bancária no mundo

3.1. Causas da consolidação bancária

Esta seção apresenta uma sucinta descrição, a partir da literatura, das principais causas da consolidação na indústria bancária no mundo. Uma das causas da consolidação que tem sido freqüentemente apontada tem sido o *desenvolvimento das tecnologias de informação e de telecomunicações*, visto que para o setor bancário a velocidade das informações e acessibilidade destes recursos gerou novas oportunidades de ganho e o aparecimento de novos negócios bancários.

Em particular essas transformações geraram benefícios às instituições financeiras, através de (cf. Group of Ten, 2001, p. 71-72): (i) mudanças na capacidade de distribuição de produtos e serviços, levando a possibilidade de atendimento de um maior número de clientes e a cobertura de áreas maiores com custos bem menores; (ii) criação de novos produtos e serviços financeiros e maior acessibilidade para os clientes de desenvolverem operações globais, minimizando os riscos operacionais deste tipo de transação; (iii) a possibilidade das instituições financeiras de oferecer produtos e serviços que antes não cabia a determinada categoria de instituição⁴; (iv) de produtos financeiros que podem ser mais facilmente padronizados e oferecidos de modo a se adequar ao perfil de risco de cada cliente, mesmo os de pequeno porte; (v) ao nível do varejo, os canais de entrega eletrônica possibilitaram o fornecimento de serviços que passou a tirar vantagem do nome do banco e de sua base de dados de clientes sem a necessidade da presença física nas agências⁵.

Além disso, a *desregulamentação dos mercados domésticos e a maior abertura para a competição estrangeira* tornaram – em tese - mais contestáveis os mercados financeiros em economias maduras e levaram a necessidade de ajuste das instituições financeiras em economias emergentes. A abertura dos mercados domésticos foi, de certo modo, a resposta das autoridades governamentais de alguns países aos avanços tecnológicos e as crises bancárias da década de 1990. Esta medida foi tomada para que houvesse o fortalecimento do setor no âmbito doméstico, embora a participação dos bancos estrangeiros na recente crise argentina esteja levando a um questionamento da eficiência desta medida. Métodos regulatórios mais tradicionais foram substituídos por um sistema baseado na busca de um maior aproveitamento de eficiência através da competição. Já a desregulamentação fez parte de um processo de liberalização financeira que ocorreu desde o final os anos 1970, estimulado inicialmente pela adoção de políticas neoliberais

⁴ Por exemplo, os bancos passaram a oferecer serviços de firmas seguradoras, enquanto que as instituições não-bancárias começaram a se envolver em atividades tradicionalmente bancárias.

⁵ Para o mercado bancário varejista ainda é muito importante a presença física do cliente na agência, mas ainda assim derrubou-se uma barreira relacionada ao fornecimento de serviços financeiros diversificados.

implantadas nos EUA e no Reino Unido. Recentemente a desregulamentação financeira tomou força nos EUA e no âmbito da União Européia (UE).

Por fim, também houve *mudanças no comportamento ou estratégias corporativas dos bancos* no mundo todo. Por um lado, as crescentes pressões exercidas sobre os bancos para a manutenção de seus clientes geraram a necessidade de fontes alternativas de *funding* e de maior diversificação de seus riscos. De outro lado, há uma nova ênfase no retorno ao acionista (*shareholder value*). O aumento da competitividade levou a uma queda das margens de lucro, como será visto abaixo, e gerou um aumento considerável nas pressões dos acionistas para o aumento da lucratividade. Com isso bancos tiveram que buscar fontes alternativas de *funding* nos mercados domésticos e estrangeiros, incentivando a consolidação.

3.2. Características gerais da consolidação bancária nos países da OCDE

Como já assinalado, a consolidação bancária nos países da OCDE pode ser caracterizado como um padrão de “consolidação dirigida pelo mercado”, em que as F&As bancárias vêm ocorrendo como resultado da desregulamentação dos mercados domésticos, da abertura a competição externa e dos avanços tecnológicos⁶.

Países em que predominavam sistemas financeiros segmentados, novas instituições financeiras (p.ex., instituições de poupança) e não-financeiras (p.ex., grandes lojas de varejo e firmas de cartão de crédito) entraram no mercado de crédito comercial. Além disso, investidores institucionais têm competido com bancos para atrair as poupanças financeiras das firmas e das famílias. Conseqüentemente, o mercado bancário está se tornando mais competitivo uma vez que o grau de concorrência neste mercado está aumentando, diminuindo assim a vantagem de custo que os bancos tinham em adquirir fundos. Neste contexto, os bancos comerciais têm procurado diversificar suas atividades, tais como seguro e títulos, de modo a compensar as perdas no campo do crédito bancário e a manter sua posição destacada como intermediário financeiro. Em particular, eles têm dado prioridade a serviços financeiros que geram rendas (*underwriting*, administração de fundos de pensão, assessoria em F&As de firmas, administração de portfólio das firmas, etc.) assim como a atividades fora do balanço, tais como aceite bancário, securitização e derivativos. Como resultado, em vários países desenvolvidos existe uma clara

⁶ De acordo com o BIS (1996, p. 83), “o levantamento dos constrangimentos sobre os balanços, taxa de juros e comissões, a redução nas barreiras geográficas e funcionais e os avanços tecnológicos têm desencadeado forças nunca antes vistas trabalhando por uma maior reestruturação e consolidação na indústria bancária”.

tendência de crescimento na participação relativa das receitas não-juros no total do resultado bruto dos bancos.

A Tabela 1 mostra que, numa perspectiva de mais longo prazo, a margem de juros líquida dos bancos apresentam uma tendência de declínio na maioria dos países selecionados. De fato, o generalizado aperto nas margens líquidas de juros evidencia a perda a longo prazo de lucratividade nas atividades tradicionais de intermediação. Como a margem de juros líquida tem estado sujeitas a pressões competitivas cada vez maiores, o que gera um declínio nos fluxos de ganhos em relação aos custos, os bancos têm crescentemente buscado aumentar suas rendas não-financeiras como fonte de receitas, em particular tarifas e comissões. Por outro lado, por causa da pressão por canais alternativos de *funding*, assim como da pressão de outros bancos domésticos e estrangeiros, existe uma crescente ênfase no retorno aos acionistas como o principal objetivo dos negócios dos bancos. De modo a alcançar tal objetivo, os bancos estão cortando custos operacionais, concentrando suas atividades em um conjunto de produtos e serviços que geram mais altas taxas de retorno, e, ao mesmo tempo, expandindo suas atividades dentro e fora das fronteiras nacionais.

TABELA 1
Lucratividade dos Maiores Bancos - 1996/98 (como percentagem da média do total de ativos)

País	Retorno sobre ativos*			Provisão para devedores duvidosos			Margem de juros líquida		
	1996	1997	1998	1996	1997	1998	1996	1997	1998
Estados Unidos (13)	1,83	1,77	1,42	0,35	0,39	0,44	3,44	3,19	3,03
Japão** (19)	-0,54	0,00	-0,74	1,82	0,92	1,90	1,16	1,28	1,07
Zona do Euro (44)	0,55	0,53	0,63	0,30	0,32	0,32	1,79	1,69	1,55
Reino Unido (4)	1,22	0,99	1,19	0,21	0,21	0,25	2,24	2,16	2,18

Fonte: BIS (1999, p.44).

Nota: Os dados em parênteses na primeira coluna denotam o número de bancos.

(*) Lucro antes dos impostos.

(**) Anos fiscais.

Algumas tendências gerais de reestruturação na indústria bancária a partir da década de 1980 nos países desenvolvidos incluem, além do declínio nas margens líquidas de intermediação financeira dos maiores bancos e o aumento da importância das receitas não-juros, os seguintes aspectos: (i) o número de instituições depositárias tem declinado, ao mesmo tempo em que o tamanho médio destas instituições tem crescido, levando a um aumento na concentração bancária na maioria dos países; (ii) as despesas de pessoal têm declinado em todos os países e, em menor extensão, a rede de agências bancárias também encolheu.

O processo de consolidação tem sido desigual entre os países e também entre os diferentes segmentos do sistema financeiro. Tanto os níveis de atividades de F&As como percentagem do

PIB como as tendências dos números e tamanhos de F&As têm variado de país para país. Em particular, o processo de reestruturação bancária na maior parte da Europa continental e no Japão tem ficado atrás dos países de língua inglesa⁷. Por outro lado, enquanto que as instituições financeiras no Japão e nos EUA têm focado suas negociações de F&As no mercado doméstico, outros países, como a Bélgica, as transações internacionais têm sido mais freqüentes.

3.3. Características e especificidades dos países emergentes

Para iniciar a análise das especificidades da consolidação em países emergentes é importante fazer a distinção do processo que ocorre em mercados maduros (EUA, UE e Japão) e nos mercados emergentes (Ásia, América Latina e Europa Oriental). Apesar das mesmas forças estarem orientando a consolidação em ambos os mercados, existem algumas diferenças que são importantes destacar:

a) *F&As entre fronteiras (entre instituições de diferentes países) são uma exceção em economias maduras e trata-se de uma regra em mercados emergentes.* Em mercados emergentes observou-se o aumento da participação de instituições estrangeiras no *market share* doméstico, fato este que é bem menos freqüente nos países de economias maduras. Isto porque nos mercados maduros a consolidação bancária surgiu como um processo de resposta à desregulamentação e à maior competição no mercado interno. Assim as F&As nos mercados maduros foram direcionadas para as instituições domésticas⁸. Nos mercados emergentes, por outro lado, a existência de F&As envolvendo instituições estrangeiras foi entendida, em vários casos, como um meio para estimular os canais de entrada de fluxos de capitais através destas instituições e fortalecer o mercado financeiro doméstico que se viu palco de várias crises bancárias dos anos 1990.

b) *Para mercados maduros a consolidação bancária tem servido, principalmente, para aumentar a eficiência ou o poder de mercado e para países emergentes é uma maneira de resolver crises financeiras,* conforme já observado anteriormente. Assim, em mercados maduros observou-se que a resposta para a consolidação vem da obtenção de economias de escala, de escopo e de rendas, além de um melhor posicionamento dos bancos nacionais no mercado

⁷ Segundo dados do Group of Ten (2001), os EUA computaram cerca de 55% de todas as F&As realizadas na década de 1990, devido, em parte, ao grande número de pequenas/médias instituições envolvidas nessas atividades.

⁸ Por exemplo, nos EUA existia uma histórica segmentação do mercado financeiro que com a queda das barreiras regulatórias pôde surgir, pouco a pouco, através de F&As, bancos que pudessem atuar em território nacional norte-americano e/ou como banco universal. Este etapa da consolidação é bastante recente e pode ter tirado o foco dos bancos americanos para aquisições fora do país.

doméstico. A consolidação em países emergentes veio, mais uma vez, da necessidade do setor bancário em enfrentar as crises bancárias que afetaram suas economias.

c) *Em mercados emergentes observou-se na grande maioria dos casos a consolidação dirigida pelo governo enquanto que em mercados maduros tem-se a consolidação dirigida pelo mercado.*, conforme já observado anteriormente.

Duas importantes características que distinguem a consolidação bancária em mercados emergentes são os grandes distúrbios que as crises bancárias causaram e as privatizações que vieram como resposta. Houveram algumas crises bancárias durante a década de 1990 que aconteceram principalmente após a desregulamentação bancária. Adiciona-se que a atuação dos bancos públicos caiu consideravelmente na década passada nos mercados emergentes, onde na maioria dos casos a participação no mercado – em termos de depósitos e empréstimos - era de mais da metade no final da década de 1980, caindo uma década depois para 20% na Europa Central e para 15% na América Latina (Hawkins e Mihaljek, 2000, p.7).

Existem, dentro do padrão de consolidação dos mercados emergentes, especificidades dos diferentes países e das diferentes regiões analisadas, entre as quais cabe destacar (IMF, 2001, p.126-131):

a) Na Ásia, as consolidações aconteceram após as crises financeiras de 1997-98 e foram na sua maioria dirigidas pelo governo, com exceção de Hong Kong e Singapura, que saíram relativamente ilesos desta crise e passam por um tipo de consolidação mista. Embora o número de instituições bancárias tenha diminuído nos principais países emergentes da Ásia, este movimento não foi acompanhado de um aumento na concentração bancária, que, pelo contrário, tendeu a desconcentrar-se (ver Tabela 2).

b) Na América Latina o processo de consolidação tem sido mais avançado entre os países emergentes, em resultado da ocorrência de crise financeira e da entrada de bancos estrangeiros nestes mercados. Assim, houve grande envolvimento do governo na condução da consolidação bancária logo após a crise de 1994/95, mas no final da década de 1990 este processo apresentou-se, relativamente, mais a cargo das forças de mercado. Na América Latina, ao contrário dos principais países emergentes da Ásia e da Europa Central, a redução no número de instituições bancárias veio em geral acompanhada de uma acentuada concentração bancária.

c) Na Europa Central os sistemas bancários eram muito mais concentrados do que dos outros países emergentes analisados, devido ao legado da época da cortina de ferro, quando

existia um grande banco estatal que concentrava uma grande fatia das poupanças e dos depósitos. Por isso, observou-se uma queda da concentração no início da segunda metade dos anos 90, visto que estes países adotaram políticas de liberalização do mercado, fazendo com que um grande número de novas instituições ingressassem no mercado na primeira metade da década de 1990.

TABELA 2
Concentração bancária nos países emergentes selecionados, 1994 e 2000

		1994 Participação no total dos depósitos (%)				2000 Participação no total dos depósitos (%)		
	Número de Bancos (1994)	Três maiores bancos	Dez maiores bancos	Índice HH (1994)	Número de Bancos (2000)	Três maiores bancos	Dez maiores bancos	Índice HH (2000)
Ásia								
Coréia	30	52.8	86.9	1263.6	13	43.5	77.7	899.7
Malásia	25	44.7	78.3	918.9	10	43.4	82.2	1005.1
Filipinas	41	39.0	80.3	819.7	27	39.6	73.3	789.9
Tailândia	15	47.5	83.5	1031.7	13	41.7	79.4	854.4
América Latina								
Argentina	206	39.1	73.1	756.9	113	39.8	80.7	865.7
Brasil	245	49.9	78.8	1220.9	193	55.2	85.6	1278.6
Chile	37	39.5	79.1	830.4	29	39.5	82.0	857.9
México	36	48.3	80.8	1005.4	23	56.3	94.5	1360.5
Venezuela	43	43.9	78.6	979.2	42	46.7	75.7	923.1
Europa Central								
Rep. Tcheca	55	72.0	97.0	2101.5	42	69.7	90.3	1757.8
Hungria	40	57.9	84.7	1578.8	39	51.5	80.7	1241.2
Polônia	82	52.8	86.9	1263.6	77	43.5	77.7	899.7

Fonte: IMF (2000, p. 127)

4. As “forças da mudança” da consolidação bancária no Brasil

Esta seção tem por objetivo analisar os principais fatores que levaram ao desenvolvimento do processo consolidação bancária no Brasil, ainda está em curso no país. Tal movimento deve-se a um conjunto de fatores que influenciaram, e ainda influenciam, o setor bancário brasileiro: o processo de estabilização de preços decorrentes da implementação do Plano Real; o programa de privatizações dos bancos estaduais; a abertura ao capital estrangeiro; e a adequação dos bancos aos Acordos da Basileia.

4.1. Plano Real e estabilização de preços

No período anterior ao Plano Real, em que o país vivia um contexto de alta inflação, o sistema bancário brasileiro obteve elevados índices de rentabilidade, se apropriando das receitas obtidas através dos ganhos com a “arbitragem inflacionária do dinheiro”, associados fundamentalmente aos ganhos com o *float* e aos elevados *spreads* na intermediação financeira. Os ganhos com o *float* eram obtidos basicamente da manutenção no passivo dos bancos de saldos não-remunerados que, aplicados, rendiam, pelo menos, algo próximo da correção monetária. Como pode ser visto na Tabela 3, tais receitas representavam, em média, 38,5% do valor da produção dos bancos (diferença entre juros recebidos e pagos) no período 1990/93, sendo relativamente mais importante para as instituições oficiais do que para os bancos privados.

Com a implantação do Plano Real e o processo de estabilização de preços decorrente, houve a necessidade de reestruturação do setor e a adequação ao novo ambiente. As rendas advindas com o *floating* caíram a zero em 1995. Com a conseqüente remonetização da economia e com o crescimento do consumo resultante da queda da inflação, bancos puderam obter receitas da intermediação financeira através do aumento do crédito, que cresceu no final de 1994, e com a cobrança de tarifas sobre os serviços bancários que foi significativamente liberalizada.

Em resumo, com o Plano Real e a reversão na trajetória inflacionária ocorreu um fim nas oportunidades de ganhos inflacionários para os bancos. O sistema bancário entrou em uma fase de adaptação e de ajustamento a este novo ambiente, que englobou, além de uma mudança no seu padrão de rentabilidade, também por um ajuste na estrutura patrimonial e operacional dos bancos, incluindo um processo de fusões e incorporações, ainda em curso no momento.

TABELA 3
Receitas inflacionárias das instituições bancárias (%)

Receitas Inflacionário/PIB				Receitas Inflacionárias/Produção Imputada		
Ano	Privado	Público	Priv.+ Públ.	Privado*	Público	Priv.+ Públ.
1990	1,4	2,6	4,0	31,3	38,7	35,7
1991	1,4	2,4	3,9	34,7	46,5	41,3
1992	1,7	2,3	4,0	31,3	55,5	41,9
1993	1,6	2,7	4,2	19,6	67,7	35,3
1994	0,7	1,3	2,0	11,1	38,4	20,4
1995	0,0	0,1	0,0	-0,9	2,5	0,6

Fonte: IBGE/DECNA (1997, p. 44-6).

OBS: Os resultados apurados (e a produção imputada) referem-se às receitas inflacionárias apuradas para os segmentos bancos comerciais (incluindo caixas econômicas) e bancos múltiplos.

(*) Os resultados negativos encontrados para os bancos privados em 1995 resultam do forte aperto da política monetária nesse ano, traduzido num maior volume de recolhimento compulsório.

4.2. Privatização dos bancos estaduais

O mecanismo utilizado pelo governo federal para a privatização dos bancos estaduais foi o PROES - Programa de incentivo para a reestruturação do sistema financeiro estatal - programa implementado em função dos problemas recorrentes que vinham ocorrendo com vários bancos estaduais. Antes mesmo das dificuldades enfrentadas por bancos estatais com o advento do Plano Real e o fim dos ganhos com a arbitragem inflacionária do dinheiro, já era questionado o papel do estado no sistema financeiro, em particular dos bancos estaduais⁹, apesar dos argumentos favoráveis que colocavam a necessidade da correção de distorções do mercado em relação ao crédito. Assim, o principal objetivo do PROES foi de reduzir a participação dos bancos estatais (leia-se estaduais) no sistema bancário brasileiro, realizado dentro de um contexto mais amplo de ajuste fiscal dos estados e de reestruturação da dívida pública.

Sob os arranjos do PROES, o governo federal tem financiado a reestruturação dos bancos estaduais. Os depósitos estavam protegidos, porém existia diretriz de transferência do controle estatal para o setor privado, ou da mudança da natureza do banco (banco de fomento). As principais resoluções que faziam parte do PROES, que através da Medida Provisória 1.514 de agosto de 1996, eram (Puga, 1999, p. 424): (i) 100% dos recursos necessários ao saneamento dos bancos estaduais foram condicionados ou à privatização das instituições ou à sua transformação em agências de fomento ou à sua liquidação; (ii) a ajuda federal ficaria limitada a 50% dos recursos necessários, caso não houvesse a transferência do controle acionário ou a transformação em agências de fomento (os outros 50% ficariam a cargo dos governos estaduais); (iii) as garantias apresentadas pelos estados, no caso de ajuda federal, deveriam ser apropriadas ao montante do empréstimo; em caso de inadimplência os estados autorizavam o saque, por parte dos credores, dos montantes correspondentes das suas contas bancárias depositárias¹⁰.

Na data do estabelecimento do PROES, em agosto de 1996, o sistema público estadual era composto por 35 instituições, sendo 23 bancos comerciais ou múltiplos. Dos 35 bancos estaduais existentes em 1996, 10 foram extintos, 6 privatizados pelos governos estaduais, 7 federalizados para posterior privatização, 5 reestruturados com recursos do PROES e apenas 3 que não participaram do programa, conforme dados de julho de 1998 (Puga, 1999, p. 430). Importante

⁹ Um dos problemas apontados sobre estes bancos foi à obtenção, por parte dos governos estaduais, de empréstimos dos próprios bancos locais, levando ao seu enfraquecimento e a pouca eficiência no que se refere à análise de crédito, já que os governos estaduais não davam garantias e muitas vezes ficavam inadimplentes.

¹⁰ O financiamento do governo teria prazo de 30 anos, taxas de juros correspondentes à variação do IGP-DI, acrescida de 6% a.a., e com pagamentos efetuados mensalmente. A partir de julho de 1998 (MP 1.702-26) os estados somente, e tão somente, poderiam dispor dos recursos do PROES se passassem o controle das instituições para o governo federal que, depois do saneamento, deveria necessariamente privatizar ou extinguir tais instituições.

ressaltar que, as privatizações tiveram, na grande maioria (os casos do Banepe e do Banespa são importantes exceções), a participação dos bancos nacionais na aquisição dos bancos estaduais saneados (ver Tabela 4), e acabou por resultar em uma diminuição no número dos bancos e em um aumento na concentração bancária no país.

TABELA 4
Privatização de bancos estaduais

Data	Instituição privatizada	Instituição compradora	Valor (R\$ milhões)	Ágio (%)
26.06.1997	Banerj	Itaú	311	0,4
07.08.1997	Credireal	BCN	121	0,0
04.12.1997	Meridional	Bozano, Simonsen	266	55,0
14.09.1998	Bemge	Itaú	583	85,7
17.11.1998	Bandepe	ABN Amro	183	0,0
22.06.1998	Baneb	Bradesco	260	3,2
17.10.2000	Banestado	Itaú	1625	303,2
20.11.2000	Banespa	Santander	7050	281,1

Fonte: Banco Central/Depep/GCI, 25.10.2000. In: Rocha (2001, p. 10).

4.3. Desregulamentação e abertura ao capital estrangeiro

O ingresso de bancos estrangeiros no Brasil foi uma das facetas mais importantes do processo de consolidação bancária no Brasil, já que se mostra como um processo novo e incentivado pelo governo federal depois do “distress” bancário de 1995, fazendo parte das diversas ações para fortalecimento do setor bancário no país. Além disso, deve ser entendida no contexto de uma estratégia da expansão internacional de alguns conglomerados financeiros que ocorre nos anos 1990, tanto para países desenvolvidos quanto para países emergentes, no cenário amplo do processo de desregulamentação financeira (Freitas, 1999).

Este processo foi iniciado pela maior abertura ao capital estrangeiro em 1995. Através da Exposição de Motivos n. 311 - aprovada pelo Presidente da República - o Ministério da Fazenda estabelecia ser de interesse nacional o ingresso ou aumento da participação de instituições financeiras estrangeiras no sistema financeiro nacional, cuja entrada passou a ser analisada caso a caso. Este ingresso, no entanto, estava vinculado inicialmente à necessidade de aquisição de bancos problemáticos (Banco Excel-Econômico e Banco Bamerindus).

Antes da liberalização ocorrida em 1995, a legislação brasileira sobre capital financeiro no setor bancário limitava bastante a entrada das instituições financeiras estrangeiras. A Lei 4131, de 1962, aplicou o princípio da reciprocidade, onde aos bancos estrangeiros autorizados a funcionar no Brasil seriam aplicadas as mesmas restrições ou vedações que a legislação de seus países de origem impunham. A Lei 4.595, de 1964, estabeleceu que a entrada de instituições

financeiras só poderia ocorrer mediante prévia autorização do Banco Central ou decreto do Poder Legislativo. O artigo 52 das Disposições Transitórias da Constituição de 1988 proibiu a instalação no Brasil de novas agências das instituições estrangeiras já instaladas no país, mas manteve aberta a possibilidade de acesso das instituições financeiras estrangeiras ao mercado doméstico uma vez que tais restrições não se aplicavam a autorizações resultantes de acordos internacionais, reciprocidade, ou decisões de interesse nacional (Puga, 1999, p. 425-26).

Pode-se destacar, dentre as principais aquisições feitas por bancos estrangeiros no Brasil¹¹: (i) a compra do Bamerindus pelo britânico HSBC, que adquiriu o controle com recursos do PROER e, com isso, ficou sendo, até novembro de 1998, o maior banco estrangeiro no sistema financeiro brasileiro; (ii) o espanhol Santander (BSCH), já presente no país, comprou o Banco Geral do Comércio em agosto de 1997 e o Noroeste em outubro de 1997 e em 2000 adquiriu o Grupo Meridional; em seguida, em novembro de 2000 comprou o Banespa (a maior aquisição bancária feita nos últimos anos), passando a ocupar a 6ª colocação no ranking geral dos bancos; (iii) o Sudameris, de controle italiano/francês, adquiriu o Banco América do Sul em março de 1998; (iv) o espanhol Bilbao Vizcaya adquiriu, em outubro de 1998, o Excel-Econômico; (v) o holandês ABN Amro Bank comprou o Banco do Estado de Pernambuco e em novembro de 1998 o Banco Real, e passou a ser o maior banco estrangeiro na época¹².

Deve ser destacado ainda que, recentemente, a turbulência do mercado financeiro na América Latina e a aversão global ao risco em 2002 provocaram uma retração na expansão dos bancos estrangeiros no continente e no Brasil. No caso brasileiro, a tentativa de venda do Sudameris do Brasil (Grupo Intesa) ao Banco Itaú, posteriormente vendido ao ABN Amro, e a venda do BBV Banco para o Bradesco, no início de 2003, são sinais claros que alguns bancos estrangeiros que não conseguiram criar escala suficiente para competir no varejo decidiram vender seus ativos no Brasil.

Por fim, a reação dos grandes bancos privados nacionais – em particular, Bradesco Itaú e Unibanco – à penetração dos bancos estrangeiros, participando ativamente do processo de F&As bancárias é uma das características mais distintas do processo de consolidação bancária no Brasil. Entre outras, cabe assinalar a compra do Banerj, BEMGE, Banestado, Banco Fiat e BBA pelo Itaú; BCN/Credireal, Boavista, Banco Ford, Mercantil de São Paulo e BBV Banco pelo Bradesco; Nacional, Bandeirantes e Fininvest pelo Unibanco. Os bancos privados nacionais vêm

¹¹ Para uma análise sobre os determinantes e efeitos da entrada de bancos estrangeiros no Brasil, ver Paula (2002a).

¹² Mais recentemente o ABN Amro adquiriu comprou o Sudameris, passando a ser de novo o maior banco estrangeiro no Brasil

desde o início participando da onda de F&As no Brasil, através de aquisições de bancos estaduais em leilões de privatização e de bancos domésticos estrangeiros de porte médio, mantendo sua hegemonia no setor bancário brasileiro, com participação relativa de 37,2% do total de ativos em 2001, contra 29,9% dos bancos estrangeiros e 27,8% dos bancos federais (Banco do Brasil e CEF) no mesmo ano.

4.4. Crise bancária de 1995/1996 e a crise externa de 1997/99

Como visto, devido à implementação do Plano Real, em julho de 1994, o sistema financeiro sofreu mudanças estruturais para adaptação ao novo ambiente de baixa inflação. Com as diversas mudanças ocorridas e posteriormente devido a ameaça de crise bancária em 1995/96, foi necessária a implementação de um projeto de reestruturação do sistema financeiro. No entanto, problemas estruturais no setor somente foram sentidos algum tempo depois, pois nos meses subseqüentes a implementação do Plano Real a perda das receitas do *floating* foi parcialmente compensada pelo aumento das operações de crédito e de receitas vindas da tarifação dos serviços bancários.

No segundo trimestre de 1995, a política restritiva adotada pelo governo para combater os efeitos da crise mexicana¹³, somada a esta fase de adaptação das instituições financeiras, geraram uma forte contração do setor e aumento generalizado da inadimplência. A reestruturação veio como resposta a este quadro de iminente crise sistêmica que se agravou com a liquidação do Banco Econômico em agosto de 1995, que necessitou da intervenção do Banco Central. Quando o Banco Nacional foi liquidado, em novembro do mesmo ano, o governo implementou um conjunto de medidas preventivas e entre elas se destacavam a criação do PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) e o incentivo a fusões e aquisições bancárias. Com base em Rocha (2001, p.7) pode-se sumariar as principais medidas tomadas: (i) bancos insolventes passaram a ser assumidos por outras instituições; (ii) houve a regulamentação do Fundo Garantidor de Créditos¹⁴, com efeito retroativo ao início do Plano Real; (iii) foi majorado o capital mínimo para abertura de novos bancos, desestimulando este procedimento; (iv) foram expandidos os poderes do BACEN no caso de intervenção da instituição financeira. Com estas medidas, mais um provisionamento de liquidez aos bancos feito pelo Banco Central e outros bancos federais, foi possível reverter o quadro de risco sistêmico no

¹³ A elevação das taxas básicas de juros de 20% a.a. para 65% a.a. provocou forte diminuição do ritmo de crescimento econômico.

¹⁴ É um fundo criado para oferecer garantia a determinados créditos mantidos por correntistas ou investidores contra instituições financeiras submetidas a regime especial de liquidação extrajudicial.

setor bancário brasileiro, sem problemas para os depositantes¹⁵. Algumas das principais operações, portanto, foram realizadas com os recursos do PROER (Tabela 5), ainda que 104 bancos tenham sofrido diferentes tipos de ajuste após o Plano Real.

TABELA 5
F&A bancárias com incentivos do PROER

Instituição vendida	Instituição Compradora	Publicação no Diário Oficial da União
Banco Nacional	Unibanco	18.11.1995
Banco Econômico	Banco Excel	30.04.1996
Banco Mercantil	Banco Rural	31.05.1996
Banco Banorte	Banco Bandeirantes	17.06.1996
Banco Martinelli	Banco Pontual	23.08.1996
Banco United	Banco Antônio Queiroz	30.08.1996
Banco Bamerindus do Brasil	HSBC	02.04.1997

Fonte: Banco Central (1999: quadro 27 e anexo III). In: Puga (2001, p. 8)

No contexto das crises externas ocorridas em 1997 e 1998, resultado do contágio das crises asiática e russa, os bancos puderam fazer um ajuste na sua estrutura patrimonial, por meio do aumento na participação de aplicações em títulos públicos indexados ao câmbio e a taxa de overnight na composição do ativo, acompanhado de uma contração creditícia, o que, além de permitir uma maior flexibilidade na alocação do portfólio, proporcionou aos bancos um *hedge* cambial contra a possível desvalorização cambial, que de fato viria a ocorrer no início de 1999 (Paula *et al*, 2001). Os bancos, em seu conjunto, conseguiram se posicionar de modo defensivo e, até mesmo, em condições de extrair vantagem do ambiente de instabilidade macroeconômica. Esta estratégia de flexibilidade patrimonial permitiu a eles ampliarem a participação dos títulos públicos pós-fixados e/ou atrelados à correção cambial em seu portfólio, alterando a sua composição segundo as suas expectativas de curto prazo sobre o comportamento da economia brasileira. É importante entender o comportamento do setor bancário durante a crise externa de 1997/99, e as condições em que se deu o ajustamento do setor, porque no caso brasileiro, ao contrário de outras experiências da década de 1990, o setor bancário brasileiro passou incólume à crise externa. Isto explica, em parte, o vigor dos bancos privados nacionais na recente onda de F&As bancárias.

4.5. Efeitos do Acordo da Basiléia¹⁶

¹⁵ Para um aprofundamento dos motivos pelas quais a crise bancária brasileira de 1995/96 não configurou em crise sistêmica do setor bancário, ver Carvalho (1998).

¹⁶ Para maiores informações sobre o Acordo da Basiléia no Brasil, ver Puga (1999, seção 2.1) e Rocha (2001).

No período posterior a implementação do Plano Real, em função dos problemas relacionados a reestruturação bancária acima assinalados, procurou-se adotar medidas prudenciais mais restritivas ao setor bancário, com vistas a maior solidez do setor. A busca de solidez do setor bancário muitas vezes entra em conflito com o estímulo à competitividade do mercado bancário. No caso do Brasil, os problemas bancários levaram a que se privilegiasse a solidez do sistema, dando pouca atenção aos princípios de defesa da concorrência (Rocha, 2001).

Em função da adesão do Brasil aos acordos da Basiléia (Resolução no. 2.099, de 17/08/1994), o governo brasileiro estipulou que a exigência de capital mínimo, ponderado pelo risco das operações ativas do banco, que os bancos teriam de reter seria de 8% em relação ao risco das suas operações ativas, sendo esse valor posteriormente elevado para 10% e em seguida para 11%. Esta medida dificultou a sobrevivência de algumas instituições de pequeno-médio prazo que atuavam normalmente com alavancagem maior do que das grandes instituições. Outro importante princípio definido foi o de aumento do capital inicial para autorização de funcionamento dos bancos. Esta última restrição foi importante para a intensificação das F&As, pois na impossibilidade de novos aportes dos controladores, restaria a solução da venda do banco, admissão de novos sócios ou redução das operações ativas (Rocha, 2001, p.11). Em estudos recentes (Paula e Alves Jr, 2003) observa-se que os bancos brasileiros, no que diz respeito a exigência de capital mínimo em relação ao risco das operações ativas, possuem um perfil conservador, já que este percentual supera, em sua grande maioria, os limites estipulados pelo Comitê da Basiléia. Este resultado não é surpreendente considerando que a aplicação em títulos públicos é considerado risco zero.

5. Avaliação preliminar dos impactos da consolidação bancária no Brasil

Esta seção analisa preliminarmente alguns impactos do processo de concentração bancária no Brasil, em termos da dimensão do setor bancário (número de bancos, agência, funcionários, etc.), *market share*, grau de eficiência e desempenho, grau de concentração bancária, margem de intermediação financeira, etc.

5.1. Dimensão do sistema bancário e *market share*

Mais recentemente, acompanhando a tendência internacional e como consequência do processo de reestruturação bancária, o número de instituições financeiras no Brasil vem diminuindo. Dentro das características do sistema financeiro vemos que esta queda possui dois

momentos: (i) fim da alta inflação em 1994 e a conseqüente eliminação dos ganhos com a arbitragem inflacionária do dinheiro, que levou a instituições que tinham como principal fonte de receitas este tipo de ganho a desaparecerem e; (ii) onda de F&As bancárias, ocorridas a partir de 1997, quando se acentuou a redução no número de instituições no sistema financeiro.

Observando-se a Tabela 6, do total de instituições financeiras em funcionamento no período de dez/93 à jun/01, pode-se perceber que esta tendência de queda se acentua a partir de 1997, devido, sobretudo, à diminuição do número das Sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários (SCTVM) e das Sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários (SDTVM). A diminuição no número de bancos múltiplos no período analisado é bastante relevante, caindo de 206 instituições em 1993 para 156 bancos em 2001, particularmente a partir de 1996, em função do processo de F&As ocorrido no período. Os motivos das F&As já foram discutidos na seção anterior, e resultou – em boa medida - das medidas governamentais de ajuste do setor (PROER, PROES e abertura externa), seguida de uma resposta do mercado.

TABELA 6
Quantidade de instituições financeiras em funcionamento no Brasil – dez/93 a jun/01

TIPO	dez/93	dez/94	dez/95	Dez/96	dez/97	dez/98	Dez/99	dez/00	jun/01
Banco Múltiplo	206	210	205	191	179	173	168	163	156
Banco Comercial (1)	35	34	35	38	36	28	25	28	32
Banco Desenvolvim.	7	6	6	6	6	6	5	5	5
Banco de Investimento	17	17	17	23	22	22	21	19	18
SCFI	41	41	42	47	48	42	41	42	43
SCTVM (2)	285	280	271	255	237	228	192	186	184
SDTVM	378	367	323	281	235	207	186	173	166
SAM	67	72	78	74	78	80	79	77	74
Caixa Econômica	2	2	2	2	2	2	1	1	1
SCI/APE	27	27	23	22	22	21	19	18	18
Cia Hipotecária				3	3	4	6	7	7
TOTAL	1065	1056	1002	942	868	813	743	719	704

Fonte: Banco Central do Brasil

(1) Inclui as Filiais de Bancos Estrangeiros.

(2) Inclui as Sociedades Corretoras de Câmbio.

Siglas: SCFI = Sociedade de crédito, financiamento e investimento; SCTVM = Sociedade corretora de títulos e valores mobiliários; SDTVM = Sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários; SAM = Sociedade de arrendamento mercantil – Leasing; SCI = Sociedade de crédito imobiliário; APE = Associação de poupança e empréstimo

Com relação ao número de funcionários, a tendência de queda se mostrou bastante clara desde 1989, como mostra a tabela 7. Este quadro reflete o movimento de redução da força de trabalho nos bancos, mais nos públicos do que nos privados, que já vinha ocorrendo desde o Plano Cruzado (Paula, 1998, p.109). A reestruturação do setor parece estar intimamente ligada ao

corte nos postos de trabalho, como resultado da busca de maior eficiência operacional dos bancos. Os principais fatores desta tendência são: (i) introdução de novas tecnologias de comunicação e a automação bancária; (ii) novas formas de organização do trabalho, que criam grupos de trabalho com menos supervisão dispensando cargo de chefia intermediários; (iii) terceirização, cuja função é transferir tarefas anteriormente feitas dentro da empresa para uma outra firma contratada, cortando os postos e conseqüentemente, os custos; e (iv) as F&As ocorridas recentemente, que provocam o corte nos postos de trabalho que existam em duplicidade nas empresas associadas, levando a obtenção de economias de escala e redução dos custos unitários¹⁷.

TABELA 7
Estoque estimado de empregos no setor financeiro (*)

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	Jun/99
Estoque	811.425	740.745	687.326	669.413	658.849	624.756	558.691	497.109	463.329	420.218	408.209
Var. Absoluta	12.424	-70.680	-53.419	-17.913	-10.564	-34.093	-66.065	-61.582	-33.780	-43.111	-12.009
Var. Relativa	n.d.	-8,7%	-7,2%	-2,6%	-1,6%	-5,2%	-10,6%	-11,0%	-6,8%	-9,3%	-2,9%

Fonte: DIEESE - Linha Bancários - CAGED-MTb - Módulo I

(*) - Os valores são estimativas. A base de cálculo é o estoque em 31/12 da RAIS 1995

Analisando o *market share* do setor bancário, a partir do controle do capital, o dado que mais chama a atenção foi o aumento da participação dos bancos com controle estrangeiro. Em 1993, bancos com controle estrangeiro participavam no sistema bancário com apenas 4,48% dos depósitos, 8,35% do ativo e 7,28% do patrimônio. A partir de 1996 o crescimento se acelera e a participação dos bancos com controle estrangeiro chega a 20,14% dos depósitos totais, 29,86% dos ativos totais e a 30,72% do total do patrimônio do sistema financeiro em 2001. A participação do Banco do Brasil e da CEF no sistema vem variando bastante, ainda que tenham diminuído sua participação relativa no setor bancário brasileiro, em parte devido ao fato de que não puderam participar da onda de F&As bancárias na década de 1990. Ainda assim eles mantêm uma participação importante no setor, de 27,8% do total dos ativos em 2001. Os bancos privados nacionais tiveram uma pequena queda na participação percentual das instituições nos depósitos, nos ativos e no patrimônio da área bancária até 1999, com importante recuperação em 2000/01 (participação relativa de 37,2% no total de ativo em 2001), demonstrando a vigorosa reação do setor privado nacional à investida das instituições estrangeiras no mercado bancário brasileiro.

¹⁷ Para maiores informações, DIEESE (1998).

TABELA 8
Participação percentual das instituições nos ativos da área bancária

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Bcs com controle estrangeiro	8,35	7,16	8,39	9,79	12,82	18,38	23,19	27,41	29,86
Bcs privados nacionais	40,67	41,21	39,16	39,00	36,76	35,29	33,11	35,23	37,21
Bcs públicos (+ Caixa Estadual)	13,41	18,17	21,90	21,92	19,06	11,37	10,23	5,62	4,3
Caixa Econômica Federal	14,51	14,98	16,40	16,47	16,57	17,02	17,06	15,35	10,97
Banco do Brasil	22,93	18,28	13,91	12,52	14,42	17,44	15,75	15,63	16,76
Cooperativas de Crédito	0,13	0,20	0,24	0,30	0,37	0,50	0,66	0,76	0,9
Área bancária	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Banco Central do Brasil

5.2. Grau de concentração bancária

Com a implementação do Real, em julho de 1994, houve uma tendência ao aumento no grau de concentração dos bancos privados, graças ao fim dos ganhos com a arbitragem inflacionária do dinheiro que restringiu a atividade das instituições que se utilizavam deste tipo de receita como única fonte de ganho. A partir de 1996 há uma nova tendência à desconcentração (tanto do segmento privado quanto do estatal) devido à redução na participação dos bancos oficiais no setor bancário (em parte decorrente da privatização de bancos estaduais), do aumento da concorrência do capital estrangeiro no setor etc. (Paula, 1998). Este movimento, contudo, é revertido a partir do segundo semestre de 1997.

TABELA 9
Indicadores de concentração bancária: ativos totais
Total do setor bancário

Período		RC2	RC5	RC10	RC20
1994	I	33,38	48,45	63,37	75,86
	II	33,41	49,91	62,82	75,70
1995	I	29,57	48,14	62,54	75,44
	II	30,46	50,44	63,39	75,34
1996	I	27,50	48,28	60,30	72,12
	II	29,14	50,95	62,73	75,56
1997	I	29,13	50,51	62,12	76,67
	II	30,76	51,46	63,74	78,77
1998	I	32,02	51,86	64,63	78,48
	II	34,64	55,81	69,77	83,31
1999	I	33,77	55,75	68,99	82,11
	II	33,03	54,72	69,27	83,30
2000	I	32,49	53,91	69,48	84,44
	II	31,17	57,09	74,58	88,22

Fonte: Banco Central do Brasil, Informações de Instituições Financeiras. In: Rocha (2001)

A tendência à concentração mostra-se clara quando se analisa a tabela 9. A partir de 1997, observamos aumento da concentração, referente aos ativos totais, nos 5 maiores grupos bancários (RC5) de 50,51% no 1º semestre de 1997 para 57,09% no 2º semestre de 2000 e nos 10 maiores

grupos bancários (RC10) de 62,12% para 74,58% no mesmo período. Quando se leva em consideração os dados referentes a concentração no segmento privado, a tendência a concentração após 1997 se mostra ainda mais acentuada, um resultado esperado considerando que este foi o segmento mais dinâmico na recente onda de F&As bancárias.

Por fim, cabe ressaltar que a maior concentração no mercado bancário brasileiro parece evidenciar a existência de uma estrutura de mercado oligopólica, que pode ser um dos fatores de explicação dos elevados *spreads* e tarifas bancárias no país, uma vez que as receitas não seriam suficientemente sensíveis a mudanças nos custos bancários. Os estudos sobre o assunto, contudo, não são conclusivos para atestar a existência de práticas monopolistas no Brasil¹⁸.

5.3. Lucratividade, margem de intermediação financeira e receitas com tarifas

Não há uma clara tendência no comportamento da margem líquida de juros no período 1998-2001¹⁹ (Tabela 10). A margem líquida de juros pode ser interpretada com um indicador do sucesso de um banco em gerar lucros, que é uma medida de eficiência microeconômica. No Brasil, as margens de juros líquida dos bancos estrangeiros têm sido maior do que a dos bancos privados nacionais, enquanto que a dos bancos federais têm sido baixas. O possível incremento da competição bancária que resulta da entrada de bancos estrangeiros não tem causado um declínio na margem de juros líquida, conforme seria esperado de acordo com as evidências da literatura (Claessens *et al*, 1998). Alta lucratividade bancária expressa elevadas taxas de juros e *spreads* bancários durante o período analisado. Isto só pode ser entendido se for considerado as características específicas do contexto macro-institucional no Brasil, que tem permitido os bancos combinarem liquidez e rentabilidade na composição de seu portfólio²⁰.

Lucratividade tem sido maior nos bancos privados do que nos bancos públicos (Tabela 11). A lucratividade dos bancos privados nacionais, determinado pelo desempenho dos três maiores bancos privados (Bradesco, Itaú e Unibanco), tem sido maior e mais estável do que a lucratividade dos bancos estrangeiros no período analisado. De fato, esses bancos têm reagido positivamente a entrada de bancos estrangeiros, aprimorando sua eficiência, obtendo economias

¹⁸ Ver, entre outros, IMF (2002) e Nakane (2001).

¹⁹ De acordo com o IMF (2002, p. 64), “as margens de juros líquida [no Brasil] como proporção do total dos ativos bancários ainda mantêm-se alta comparada com outros países latino-americanos. Eles são ainda mais elevadas quando comparadas como os EUA, Japão e a zona do Euro”.

²⁰ Segundo Paula e Alves Jr (2003, p. 347), “o comportamento dos bancos no Brasil tem sido determinado pelo contexto macroeconômico-institucional específicos da presente fase da economia brasileira. De fato, o entorno macroeconômico tem mostrado uma influência decisiva em tal comportamento (...), com os bancos obtendo vantagens com a alta taxa de juros e as condições sob as quais o governo gerencia a dívida interna” (p. 347).

de rendas através de atividades de venda cruzada e ao mesmo tempo tomando parte ativamente da recente onda de F&As no Brasil²¹.

Por fim, existe uma tendência de crescimento das receitas de tarifas no Brasil, que é mais importante para os bancos privados nacionais do que para outros segmentos devido a sua maior diversificação de negócios enquanto grandes bancos universais varejistas. Pelos padrões internacionais, entretanto, a participação relativa da receitas de tarifas é ainda baixa, provavelmente devido ao fato de que as atividades de intermediação financeira são ainda a maior fonte de receita dos bancos brasileiros.

TABELA 10

Margem de intermediação financeira e receita com tarifas dos bancos selecionados(%)

Semestre	Margem da intermediação financeira				Receitas com tarifas/receitas totais			
	BPN	BPE	BPF	Total	BPN	BPE	BPF	Total
jun/98	2.58	3.11	1.13	1.78	11,53	11,87	8,17	8,35
Dez/98*	2.62	2.83	0.91	1.97	12,33	8,77	7,90	8,47
jun/99	2.32	4.94	0.24	2.29	8,07	5,29	5,42	5,34
dez/99	2.67	3.47	1.64	2.47	14,09	9,65	9,17	9,39
jun/00	2.55	2.28	1.46	2.15	14,43	9,82	11,61	10,63
dez/00	2.28	0.58	1.35	1.80	14,16	7,62	10,43	9,90
Jun/01**	2.16	3.21	0.14	1.67	12,52	8,20	9,77	9,61
dez/01	2.89	3.39	1.32	2.35	12,01	9,12	12,16	9,91

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco Central do Brasil.

OBS: BPN: 4 maiores bancos privados nacionais (Bradesco, Itaú, Unibanco e Safra; Real apenas em 1998);

BPE: 6 maiores bancos privados estrangeiros (Santander, ABN-Amro, BankBoston, HSBC, Citibank e Sud;

BPF: 3 maiores públicos federais (Banco do Brasil, CEF e BNDES).

Total: inclui todos os conglomerados financeiros, públicos e privados.

(*) Exclui o ABN Amro cujos dados ficaram comprometidos por conta da absorção do Real.

(**) Exclui o Santander cujos dados ficaram comprometidos por conta da absorção do Banespa.

TABELA 11
Lucratividade dos bancos – 1998/2001

Semestre/ Ano	ROA				ROE			
	BPN	BPE	BPF	Total	BPN	BPE	BPF	Total
jun/98	0.72	0.50	0.42	0.07	7.95	6.34	5.80	0.88
Dez/98*	1.09	0.42	0.12	0.42	11.02	4.75	1.91	4.85
jun/99	1.16	1.11	0.22	1.01	11.48	11.38	3.53	11.27
dez/99	1.12	0.36	0.35	0.54	10.20	3.57	5.24	5.77
jun/00	1.21	0.36	0.28	0.60	11.38	4.03	4.40	6.72
dez/00	1.09	0.51	0.33	0.35	10.58	5.24	5.23	3.98
jun/01**	1.26	0.98	-1.10	-0.46	12.19	10.87	-16.0	-5.14
dez/01	1.34	0.99	0.28	0.73	12.27	9.86	4.30	7.94

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco Central do Brasil.

(*) Exclui o ABN Amro cujos dados ficaram comprometidos por conta da absorção do Real.

(**)Exclui Santander cujos dados ficaram comprometidos por conta da absorção do Banespa.

ROA: Lucratividade do ativo

²¹ Segundo Paula (2002a, p. 87) o melhor desempenho dos grandes bancos nacionais privados pode ser atribuído a “diferenças culturais e o alto nível de desenvolvimento e sofisticação do setor bancário no Brasil, que resultou de sua habilidade de se adaptar ao período de alta inflação”.

6. Algumas especificidades do caso brasileiro: a guisa de conclusão

A partir da análise e das evidências apresentadas no artigo, podemos extrair algumas conclusões com relação algumas especificidades do processo de consolidação bancária no Brasil:

- ❑ De modo geral, o Brasil acompanhou algumas tendências gerais da consolidação bancária nos países desenvolvidos e em países emergentes, entre as quais destacam-se a redução do total de instituições financeiras e o aumento no grau de concentração bancária. Contudo, esta tendência não se verificou em sua plenitude, já que a margem de intermediação financeira tem se mantida alta, como resultado, entre outros fatores, do contexto de instabilidade macroeconômica que tem caracterizado a economia brasileira nos últimos anos e do forte crescimento da dívida pública; as receitas com tarifas, embora tenham crescido nos últimos anos, ainda têm uma participação relativamente baixa no total das receitas bancárias, o que é explicado em parte pelas altas receitas proporcionadas pela intermediação financeira.
- ❑ A consolidação bancária no Brasil, tal como em outros países da América Latina, foi inicialmente do tipo “consolidação como resposta a estruturas bancárias frágeis”, já que foi em boa medida resultado de iniciativas tomadas pelo governo brasileiro a partir da (quase) crise bancária de 1995, em particular através de programas específicos de reestruturação bancária (PROER e PROES) e da flexibilização nas normas de entrada de bancos estrangeiros; num segundo momento, e paulatinamente, este processo foi sendo também conduzido pelo mercado, através de uma onda de F&As liderada por bancos estrangeiros e por bancos privados nacionais.
- ❑ Tal como em outros países da América Latina (Argentina e México), a penetração de bancos estrangeiros no mercado bancário doméstico, resultado tanto do processo de expansão internacional de alguns conglomerados financeiros quanto de uma flexibilização nas normas de entrada de bancos estrangeiros, foi um dos fatores determinantes do processo de consolidação bancária.
- ❑ Uma das especificidades do caso brasileiro foi a vigorosa reação dos bancos privados nacionais à entrada dos bancos estrangeiros, participando inicialmente de forma ativa da onda de F&As, realizando importantes aquisições, e, posteriormente a partir da retração dos bancos estrangeiros, passando mesmo a comandar este processo.

Referências bibliográficas

- Berger, A.N. (2000). "The big picture of bank diversification", mimeo.
- BIS (1996). *66th Annual Report*. Basel: Bank for International Settlements.
- Carvalho, F.C. (1998). The Real Stabilization Plan and the Banking Sector in Brazil. *Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review*, v. LI, n. 206, p. 291-326, setembro.
- Claessens, S., A. Demirgüç-Kunt, & H. Huizinga. (1998). "How does foreign entry affect the domestic banking market?" *World Bank Discussion Paper*. Washington: The World Bank.
- DIEESE (1998). *Evolução Recente do Emprego Bancário no Brasil*. Belo Horizonte, <<http://www.bancariosbh.org.br/demissoes/empregobancario.htm>>. Acesso: nov, 2002.
- Dymski, G.A. (1999). *The Bank Merger Wave: The Economic Causes and Social Consequences of Financial Consolidation*. Armonk/London: M.E. Sharpe.
- European Central Bank (2000). "Merger and acquisitions involving the EU banking industry: facts and implications", <<http://www.ecb.int>>. Acesso: ago, 2002
- Freitas, M.C. (1999). "Abertura do sistema bancário ao capital estrangeiro". In Freitas, M.C. (org.), *Abertura do Sistema Financeiro no Brasil nos Anos 90*. São Paulo, IPEA/Fapesp.
- Group of Ten (2001). "Report on Consolidation in the Financial Sector", <http://www.bis.org>, January. Acesso: jun, 2002.
- Hawkins, J. & D. Mihaljek (2001). "The banking industry in the emerging markets economies: competition, consolidation and systemic stability". *BIS Papers no. 4*. Basle: BIS.
- IBGE/DECNA.(1997). *Sistema financeiro: uma análise a partir das contas nacionais, 1990-1995*. Rio de Janeiro: IBGE/DECNA.
- IMF Staff Team (2001). *International Capital Markets: Developments, Prospects, and Key Policy Issues*: International Monetary Fund. Chapter V, pp.120-177. August. Acesso: jun, 2002.
- IMF (2002). "Bank intermediation and competition in Brazil", mimeo.
- Nakane, M.I. (2001). "A test of competition in Brazilian banking". *Working Papers Series no. 12*. Central Bank of Brazil, March.
- Paula, L.F. (1998b). "Tamanho, dimensão e concentração do sistema bancário no contexto de alta e baixa inflação no Brasil". *Nova Economia*, v. 8, n. 1, pp.87-116, Junho/Dezembro.
- _____. (2002a). Expansion strategies of European banks to Brazil and their impacts on the Brazilian banking sector. *Latin American Business Review*, v. 3, n. 4, pp. 59-91.
- _____. (2002b). "Expansion strategies of banks: does size matter?". *Nova Economia*, v. 12, n. 2, pp. 133-146, Julho/Dezembro.
- Paula, L.F. & A.J.Alves Jr (2003). "Banking behavior and the Brazilian economy after the Real Plan: a Post Keynesian approach". *Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review* no. 227, December.
- Paula, L.F., A.J.Alves Jr & M.B.L.Marques (2001). "Ajuste patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil durante o Plano Real (1994-1998)". *Estudos Econômicos*, v. 31, n. 2, pp. 286-319, Janeiro/Março.
- Puga, F.P. (1999). "Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial". *Textos para discussão*, n. 68, Rio de Janeiro: BNDES, Março.
- Rocha, F. (2001). "Evolução da Concentração bancária no Brasil:1994-2000". Banco Central do Brasil. Brasília. Notas Técnicas, n. 11. 39 p. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso: ago, 2002.
- Santomero, A. M. & D.L. Eckles (2000). "The determinants of success in the new financial services environment", *FRBNY Economic Policy Review*, pp. 11-23, October.